

Uti possidetis, ita possideatis:

As fortificações como marcos da formação territorial do Brasil



Adler Homero Fonseca de Castro

A frase *uti possidetis* é de grande importância para a história mundial. É baseada em uma citação do direito romano que diz *Uti eas aedes, quibus de agitur, nec vi nec clam nec precario alter ab altero possidetis, quominus ita possideatis, vim fieri veto*. Isso pode ser traduzido como “assim como possuí a casa em questão, ela não tendo sido obtida pela força, clandestinamente ou por permissão de outros, proíbo o uso da força para terminar com isso, de forma que você pode continuar a possuí-la” e o princípio é normalmente resumido para, *uti possidetis, ita possideatis*, ou, “assim como possuí, continuará a possuir”.

No mundo, esse princípio foi de extrema relevância no período de descolonização da América Hispânica e da África, seguindo a ideia do *uti possidetis iuris*, que significa a posse jurídica de um território, de forma que as divisões territoriais estabelecidas pelos poderes coloniais seriam usadas para definir as fronteiras dos países que

ficavam independentes. O princípio também foi usado na criação dos países depois da dissolução da Iugoslávia e da União Soviética.

Do ponto de vista do Brasil, o *uti possidetis* foi a ferramenta usada para definir, em meados do Século XVIII, as fronteiras do país com seus vizinhos. Entretanto, na discussão que foi feita entre Portugal e Espanha, houve uma diferença de opinião de como se devia proceder e essa é uma história complicada.

Em março de 1493, Cristóvão Colombo, voltando de sua primeira viagem às Américas, entrou no porto de Lisboa, procurando refúgio de uma tempestade. Ciente da viagem do navegador a serviço da Espanha, o rei de Portugal, D. João II, convocou Colombo para dar esclarecimentos, acusando-o de ter rompido o tratado de Alcáçovas, de 1479, que proibia aos espanhóis navegar ao sul das Ilhas Canárias, o que, de fato, Colombo fez – todas as terras

descobertas pelo navegador a serviço da Espanha ficavam fora da área que estava reservada para a Espanha.

Tendo em vista solucionar a disputa que surgia, Portugal e Espanha procuraram estabelecer um novo acordo, tratando de como se dariam as navegações das duas coroas e, para isso, procuraram a mediação do Papa. O resultado foi o famoso tratado de Tordesilhas, de 1493, que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha. Inicialmente em uma linha traçada a 100 léguas do arquipélago de Cabo Verde – o que seria uma distância de 555km a oeste das ilhas, passando pelo meio do Atlântico e deixando de fora todas as Américas. No ano seguinte, certamente com base em informações obtidas nas viagens de Portugal, o tratado foi alterado para uma linha a 370 léguas a oeste das ilhas, já englobando uma parte do Brasil.

A história do tratado de Tordesilhas já é bem conhecida pois é trabalhada nos livros escolares. O que se fala menos é a respeito de como Portugal trabalhou com o tratado. Desde o início, os lusitanos fizeram uma campanha diplomática para se apoderarem da maior parcela de território possível, usando vários subterfúgios. Um deles foi não definir o ponto do arquipélago do Cabo Verde por onde deveria começar a medição, se a leste, oeste ou no meio do grupo de ilhas, uma diferença em potencial de 300km.

Outro ponto que nunca foi estabelecido era qual a unidade de medida a ser usada: em Portugal se usavam léguas de “18 ao grau” e as de “20 ao grau”, 6.173m e 5.555m, respectivamente. Na Espanha, havia nada menos do que sete diferentes ti-



Tordesilhas segundo diferentes cartógrafos portugueses

pos de légua, variando de 3.762m na cidade de Girona, até 6.687m em Ciudad Real, na província de Castela. É óbvio que, dependendo do comprimento da unidade usada, a linha passaria mais a oeste ou leste e, pela posição de um dos marcos de posse português, percebe-se que eles escolheram usar a légua mais comprida, de Castela, com quase sete quilômetros, que lhes era mais benéfica.

Finalmente, os lusitanos mantiveram uma longa campanha de contrainteligência, com ações voltadas para a proteção de informações concretas: havia uma grande dificuldade para se medir a longitude, a distância Leste-Oeste. Na época, isso só podia ser feito de forma astronômica, exigindo muitas observações e cálculos: um exemplo dos problemas de medição pode ser visto no caso de Cristóvão Colombo, que, ao descobrir a América, achava que tinha chegado nas “índias”, apesar de ter navegado menos de um terço da distância até lá. Devido a essa dificuldade, os lusitanos tornaram seus mapas segredo de estado e, além disso, car-



Mapa de Luís Teixeira, 1573

tógrafos a serviço de Portugal elaboraram uma série de mapas com uma leitura “criativa” da linha de Tordesilhas.

Aqui vale lembrar que a linha divisória acordada, por ser um meridiano, deveria seguir em linha reta, de norte a sul, sempre pela mesma longitude: em um mapa tradicional isto seria uma linha vertical, não importando por onde ela passasse. No entanto, nos mapas feitos por cartógrafos portugueses, o meridiano sempre aparece indo das proximidades da foz do Rio Amazonas até as proximidades da foz do Rio Uruguai, em uma linha inclinada. A pro-

cura da inclusão da foz dos dois rios é compreensível em termos estratégicos, pois havia um preceito do direito internacional, de quem dominasse a foz de um rio poderia utilizá-lo como via de navegação: o controle da região onde os rios Amazonas e o da Prata desaguam no oceano Atlântico, em teoria, permitiria que os portugueses comercialissem com todo o interior da América.

No entanto, para que uma linha passasse por esses dois pontos ela teria que ser bem inclinada – em termos de longitude estão afastados perto de 8 graus, ou mais de 900km na linha do Equador: nada menos do que 160 léguas. Não se pode considerar que essa proposta cartográfica tenha sido feita com base em um erro acidental – foram vários mapas, alguns traçados em meados do Século XVIII, todos eles consistentemente mostrando essa inclinação na direção da linha de Tordesilhas. Uma

comprovação de que os cartógrafos sabiam que seus mapas não reproduziam a realidade está nas capitanias hereditárias: a mais meridional, a de Santana, ia até, mais ou menos a Laguna, muito ao norte da foz do Rio da Prata, ao contrário do que os mapas mostravam. Essa divisão aparece territorialmente inconsistente. Em uma carta elaborada pelo cartógrafo português Luís Teixeira, de 1573 – o mapa, apesar de mostrar a divisa da Capitania de Santana, a “espicha” para o sul, para poder chegar até o Rio da Prata, mantendo a linha inclinada que os cartógrafos portugueses estabeleceram como sua interpretação para o tratado de Tordesilhas.

Essa campanha de contrainformação geográfica foi muito bem-sucedida: por exemplo, o papa reconheceu implicitamente a posse portuguesa da região até a foz do Rio da Prata, ao conceder a jurisdição de toda a área do Espírito Santo até o Rio da Prata ao bispo do Rio de Janeiro em 1676, quando o bispado foi criado. Foi um precedente importante, pois, devemos lembrar que um tratado entre dois países podia ser revogado por qualquer das partes, como era comum de acontecer por causa das guerras. No entanto, o Papado era uma entidade supranacional, a quem os monarcas católicos deviam obediência, de forma que as determinações da Santa Sé tinham um peso bem maior. Isso explica por que, mesmo com as Guerras de Restauração (1640-1668) ou da Sucessão Espanhola (1701-1714), que anularam tratados de delimitação de território na Europa, não implicaram a abolição da linha de Tordesilhas, que tinha sido estabelecida pelo papa. A força do documento papal também serve para explicar por que em 1681, depois de os espanhóis de Buenos Aires terem conquistado a Colônia do Sacramento, no Uruguai, a administração em Madri devolveu a cidade aos portugueses – uma grande vitória da diplomacia lusitana, apesar de, depois, a posse do Uruguai voltar a ser contestada.

No extremo norte da colônia, na foz do Amazonas, a expansão se deu de forma mais tranquila, já que durante o período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), a administração espanhola autorizou colonos de Pernambuco a ocuparem a área, para que pudessem expulsar os ingleses, irlandeses e holandeses que tinham em terras consideradas como espanholas. Para



Robert Harcourt, construtor do Forte North, no Amapá

assegurar o controle de toda a região, os luso-brasileiros fundaram Belém e, em longas e difíceis campanhas militares, conseguiram superar a oposição indígena, destruíram os fortes estrangeiros e resistiram a vários contra-ataques inimigos, um deles que até conseguiu destruir o forte luso-brasileiro de Gurupá.

É importante frisar que o esforço de conquista da foz do Amazonas foi feito por colonos do Brasil – e esses em pequeno número: uma listagem de pessoal empregado na expedição inicial de conquista do Pará, em 1616, aponta que eram apenas 43 oficiais, 906 praças e 20 marinheiros – menos de mil homens. Mas esses colonos, depois de vinte anos de lutas, destruíram treze fortes estrangeiros e construíram os de Desterro (Almerim), na margem norte do rio, e os de Gurupá e do Presépio (Belém), ao sul, firmando a posse de todos os rios que deságuam no Amazonas. Uma área calculada como sendo de perto de cinco milhões de quilômetros quadrados, quase dois terços do território nacional, garantidos pela construção de uns poucos fortes e a posse efetiva do território por uma mão-cheia de habitantes fiéis à Coroa de Portugal.

Os dois extremos da área que era reivindicada pelos lusitanos foram objetos de disputas, mas o mesmo não acon-



Mapa do Rio Amazonas, de Condamine

teceu com o resto do Brasil. De início, não havia interesse em buscar o interior: como escreveu o Frei Vicente de Salvador em 1627: “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”, todas as povoações eram na costa.

Quando se iniciou o movimento para o interior, este se deu de forma menos contestada e, deve-se frisar, não foi parte de um projeto da monarquia portuguesa: a literatura histórica tende a mostrar o “rompimento de Tordesilhas” por Portugal como um feito dos bandeirantes, mas não foi bem assim. Primeiro, por que a grande campanha de destruição de missões espanholas no Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraná ocorreu durante o período da união das Coroas Ibéricas (1580-1640), as terras do Brasil e da América Hispânica pertenciam a um mesmo monarca.

Mais importante, o esquema bandeirante, originalmente, era um de caça a escravos e não levou à fixação de bandeirantes paulistas e cariocas no interior: eles construíram fortes no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul, mas estes foram de curta duração, feitos mais para apoiar logisticamente as operações de caça de escravos do que para fazer a fixação de brasileiros nesses locais. Entretanto, os bandeirantes foram importantes por terem eliminado a presença espanhola em vastas regiões do interior, que poderiam ter contestado a posse dessas áreas aos portugueses mais tarde – foi uma campanha de “despovoamento”, muito bem-sucedida, abrindo espaço para uma expansão portuguesa para o interior que ocorreu mais tarde.

A ocupação do interior começou de fato no final do Século XVII, quando se descobriu ouro nas Minas Gerais e, depois, em Goiás e Mato Grosso. Isso ocasionou uma das maiores “corridas do ouro” da história da humanidade, quando perto de 50.000 pessoas se dirigiram para a região das Minas – isso numa época que toda a população do Brasil não excedia 300.000

habitantes. Por sua vez, a ocupação das Minas, apesar de benéfica para a Coroa portuguesa, não foi o resultado de um projeto governamental – na verdade, a administração portuguesa até chegou a tomar medidas para evitar a emigração para as áreas de mineração, proibindo a passagem de pessoas da Bahia e do Espírito Santo para as Minas, numa tentativa infrutífera de evitar prejudicar a agricultura de exportação. Apesar de o ouro ter sido descoberto apenas nos últimos anos de 1600, a corrida do ouro foi de tal dimensões que Minas Gerais, em 1772, já tinha a maior população do Brasil, superando inclusive Pernambuco e Bahia, ricas capitanias produtoras de açúcar, criadas 160 anos antes.

Foi a presença desses homens, que buscavam a riqueza pessoal, e não uma ação efetiva militar por parte do governo que garantiu a ocupação do Brasil. A Capitania das Minas só foi criada em 1720 e as de Goiás e Mato Grosso quase trinta anos depois, quando essas regiões já eram ocupadas e povoadas por colonos. Assim, a criação das capitanias do interior se deu em um contexto diferente do que ocorrera na costa, pois a Coroa Portuguesa foi forçada a reconhecer a situação existente de fato, de que súditos portugueses ocupavam essas áreas. A organização dessas unidades administrativas ocorreu, não como parte de um projeto estratégico maior, mas simplesmente reconhecendo o fato de que a campanha de engodo cartográfico que tinha sido iniciada no século XVI estava perdendo a efetividade. Em 1745, o cartógrafo Francês Charles de la Condamine publicou um mapa com um levantamento que tinha feito no Rio Amazonas, com as longitudes levantadas por meio astronômicos. O mapa comprovava que a Amazônia, então em boa parte ocupada por missões portuguesas e pelos fortes do Rio Negro

(Manaus), Pauxis (Óbidos), Paru (Almerim), Gurupá e Macapá, se encontrava toda além do limite das Tordesilhas. Por sua vez, os espanhóis já tinham conhecimentos geográficos suficientes para saber que a maior parte do interior do Brasil também não ficava na área abarcada pela linha de Tordesilhas.

Assim, em 1748 foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso, marcando a posse de todo o território a oeste de Minas Gerais. No ano seguinte, Portugal mandou elaborar um documento cartográfico, o *Mapa das Cortes*, para subsidiar as negociações de um novo tratado de limites, para substituir o de Tordesilhas. Esse documento ainda se baseia no engodo geográfico, alterando as longitudes do Brasil, de forma a colocar o máximo possível do território já ocupado a leste, diminuindo aparentemente os avanços territoriais feitos pela população brasileira em duzentos anos. Por sua vez, o mapa já colocava a região da Colônia do Sacramento além do limite de Tordesilhas – os espanhóis já controlavam Montevideu, tomada aos portugueses em 1724, e a manutenção do entreposto português no Prata era, no mínimo, difícil: a cidade lusitana tinha sido cercada em 1681, 1704-1705 e de 1735 a 1737, só nessa última ocasião conseguindo resistir com sucesso. Além disso, os espanhóis estavam tomando medidas para diminuir o contrabando feito a partir de Colônia, um dos principais motivos da existência da posse portuguesa, a troca de prata do Peru por mercadorias portuguesas.

O exemplar do *Mapa das Cortes* existente em Paris já tem definido os limites que se propunha adotar, com a área pertencente aos lusitanos marcada em amarelo e a dos espanhóis em vermelho, com uma linha traçando a fronteira exata que estava sendo sugerida. Por essa linha, sabemos que a proposta – que foi a de fato ado-



Mapa das Cortes

tada no tratado de Madri de 1750, era que a Colônia do Sacramento fosse cedida aos espanhóis. Entretanto, o mapa representava o sucesso da ocupação do interior por colonos e missões religiosas, especialmente nas fronteiras oeste e norte.

No Rio Grande do Sul, a proposta reconhecia a posse portuguesa da região costeira, onde já havia povoações e fortificações, construídas para apoiar a Colônia do Sacramento no cerco de 1735-1737. A linha de limites ia até o interior do estado e

para o norte, seguindo uma linha de fronteiras muito próxima da atual, até a região amazônica.

No estabelecimento de limites proposto pelo *Mapa das Cortes* e pelo tratado de Madri de 1750, o principal elemento de definição foi o *uti possidetis de facto*, a presença de povoações e postos lusitanos ao longo da região de fronteira, principalmente Cuiabá, Vila Bela e os caminhos fluviais que eram usados para as abastecer, pelos rios Tietê e Guaporé. No norte, a região era delimitada pelas missões Carmelitas e Jesuítas portuguesas.

Em toda essa área no interior do Brasil não havia uma só fortificação e, de fato, a presença militar era muito tênue: afora as milícias, havia um regimento de Cavalaria no Rio Grande do Sul, para atuar na proteção do caminho para a Colônia de Sacramento e guarnecer os fortes da região. No resto das fronteiras, só havia uma companhia de infantaria e outra de cavalaria no Mato Grosso – menos de cem homens. Todo o norte do País deveria ser defendido pelos dois regimentos de infantaria existente um em Macapá e outro em Belém, mas estavam aquartelados a milhares de quilômetros e a meses de viagem de canoa da fronteira.

Nessa época eram boas as relações entre Portugal e Espanha, pois a rainha consorte da Espanha, D. Maria Bárbara (1711-1758), era a filha de D. João V (1689-1750), rei de Portugal, enquanto a esposa do futuro rei D. José I, de Portugal (1714-1777) era a princesa espanhola Mariana Vitória (1718-1781). No entanto, a situação não era segura, especialmente depois que o longo período de paz com a Espanha se encerrou em 1762, na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a tensão de uma possível guerra já ser existente desde o ano anterior.

Era preciso garantir as possessões portuguesas em face a um possível ataque hispânico, ainda mais considerando que na maior parte do interior do continente a vantagem de operar em linhas interiores era dos espanhóis, que tinham linha de comunicações mais curtas. Para piorar a situação do Brasil, depois da paz na Europa no ano seguinte, continuou a haver uma situação de guerra não declarada na América. Foi necessário emitir novas ordens para fortificar os limites das colônias portuguesas – não para formar uma linha de defesa contínua ou com os principais pontos de acesso defendidos, como os lusitanos tinham feito na Europa. Isso era impossível no Brasil, na época o território com a maior extensão de fronteiras terrestres no mundo.

Entretanto, uma extensiva ação militar era inviável. Não haviam pessoas para defender uma extensão territorial tão vasta. Apesar de a situação ter melhorado em relação ao que o Frei Vicente de Salvador colocou para a ocupação do Brasil no início do século XVII, restrita apenas às regiões costeiras, ainda haviam poquíssimos habitantes no interior, especialmente na zona de fronteira. A oeste, havia algumas povoações, mas o norte era um “vazio” em termos de ocupação europeia – lá só existiam tribos indígenas e missões religiosas, o que não marcaria uma “ocupação efetiva” nos termos da diplomacia da época. Isso era algo extremamente complicado, já que a delimitação estabelecida do tratado de Madri (1750) não tratava dessa região, a não ser em termos muito genéricos.

A solução encontrada para garantir a posse foi o estabelecimento de fortificações em pontos-chave na fronteira. Na sua maior parte, eram obras de pequeno porte, com pequenas guarnições, capazes de resistir apenas ao ataque de uma pequena força que não



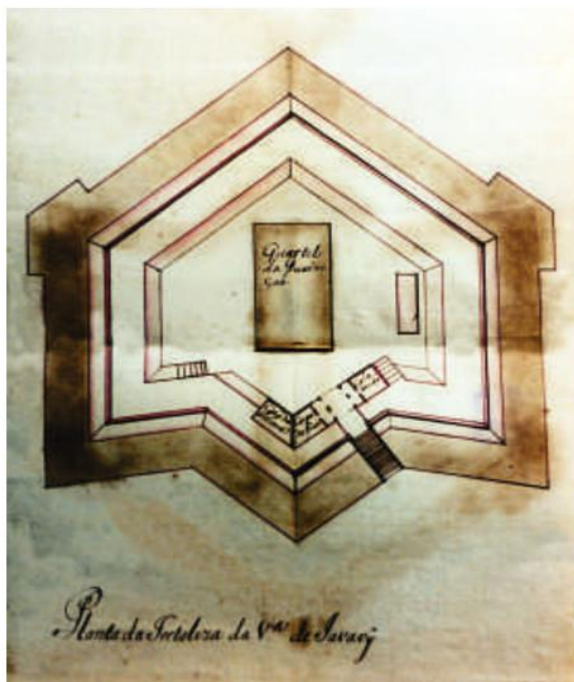
tivesse muitos canhões. Não impediriam uma invasão com um efetivo maior ou mesmo que as fortificações fossem contornadas pelos inúmeros rios e canais que há na região Amazônica, mas, como hoje, colocados em pontos-chave, patrulhas e postos de vigilância subordinados aos fortes poderiam avisar sobre uma invasão, pedir reforços e cortar as longas linhas de suprimento e retirada de um inimigo.

Nesse momento, é importante ressaltar dois pontos relevantes para entender a história militar do Brasil e para desmentir alguns de seus mitos mais persistentes: primeiro, essas fortificações de fronteira são

relativamente tardias na história nacional do Brasil, só foram feitas após 1761, depois do interior do País já ter sido ocupado por aventureiros brasileiros, vindos das regiões costeiras em busca de riqueza. Em segundo lugar, não são resultado de um projeto estratégico elaborado pelos portugueses na Europa: não se conhecia a situação do interior do Brasil com detalhes suficientes para que se pudesse, a partir de mapas, escolher a posição de fortificações e se determinassem suas guarnições. O máximo que a Coroa fez foi enviar ordens genéricas para aperfeiçoar o estado de preparo militar, o que incluía a construção de de-

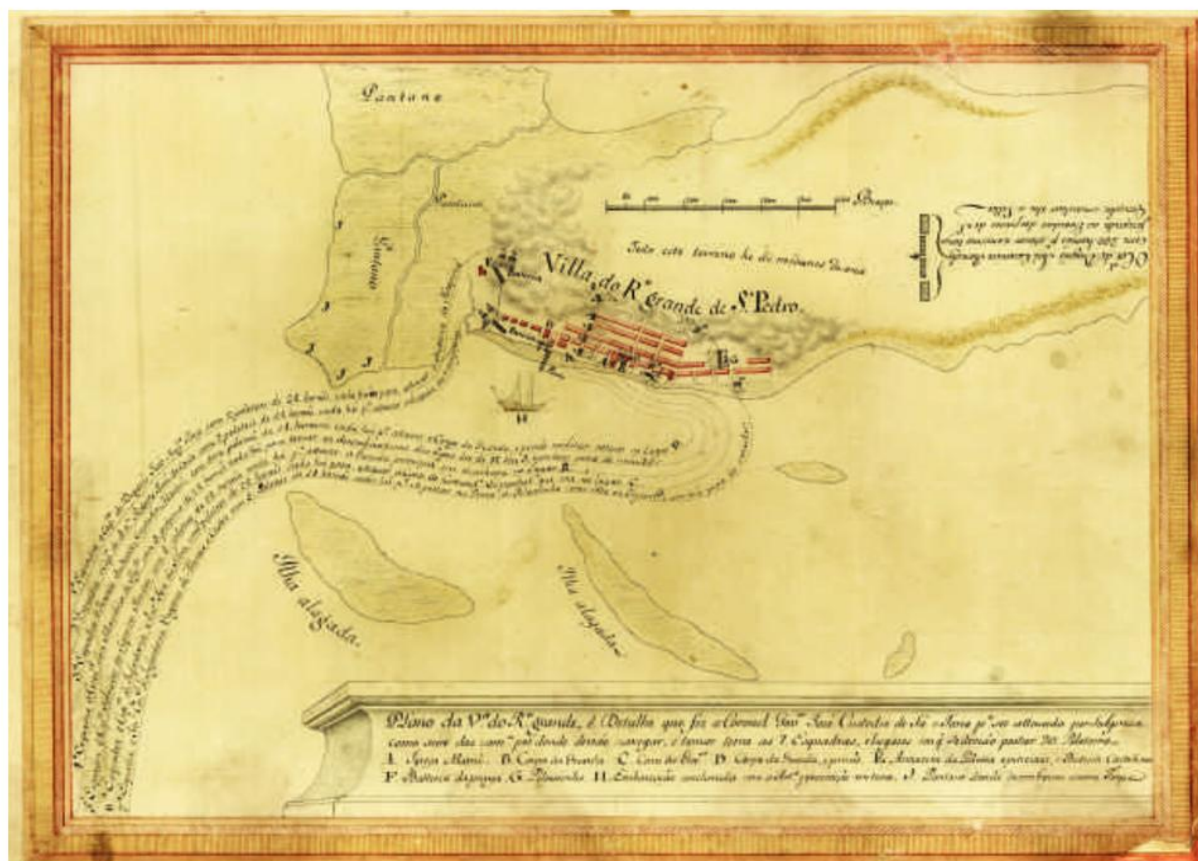
fesas. No caso do Pará e Amazonas, as ordens eram muito vagas, uma delas apenas determinando que se construíssem um forte “o mais a oeste o possível”, para garantir uma maior extensão territorial. Isso certamente não pode ser visto como parte de um plano estratégico concebido como tal.

Na prática, o processo de seleção da localização das fortificações, seu desenho e o pessoal que as defenderia ficou a cargo dos diferentes governadores de capitanias, sem que esses se comunicassem e colaborassem entre si e, às vezes, fazendo escolhas não muito sábias. Foi o caso da construção da grande cidade fortificada de Iguatemi, no território do Mato Grosso, mas construída em 1767 pela capitania de São Paulo, sem haver um acordo com a administração de Cuiabá. Só que foi erguida em um local extremamente insalubre, de diminuta importância estratégica, já que não protegia as vias de comunicação com o Mato Grosso, e que seria muito difícil de apoiar logisticamente – para chegar lá era necessária uma viagem de 1.200km, várias semanas de canoas, para se alcançar seus postos a partir de São Paulo. Dessa forma, a povoação, situada a apenas 240km das cidades espanholas no Paraguai, foi facilmente tomada em 1776, pois a guarnição estava desmoralizada pela fome e doenças que a afligiam. Outra construção que demonstra que houve problemas na escolha para a localização dos fortes foi a “fortaleza” do Rio Javari, uma construção cujo nome de fortaleza foi dado por razões psicológicas, para impressionar um possível atacante, mas que na verdade era uma pequena casa forte de madeira, construída no território do Amazonas. Erguida em 1761, foi abandonada e uma nova fortificação foi construída em Tabatinga, em 1768, por lá ser um local melhor.



A maior parte das defesas das fronteiras, com duas notáveis exceções, normalmente era de pequeno porte, feita de materiais perecíveis, normalmente a madeira, e com pouco armamento, pois era muito difícil o envio de material, pois tudo tinha que ser conduzido pelos rios em canoas, movidas a força de remos, vencendo corredeiras para chegar a seus destinos. Além disso, todo o material bélico era enviado da Europa, e a prioridade de Portugal era a defesa de seu próprio território.

Dessa forma, para o Brasil, era enviado o que podia ser dispensado na metrópole, muitas vezes material obsoleto ou antiquado. Para complicar, na Colônia, a prioridade de defesa era das capitais, nas zonas costeiras, mais ameaçadas por um ataque naval. Dessa forma, o normal em fortes do interior era o uso de canhões de pequeno calibre, alguns deles muito antigos – as bocas de fogo usadas no Forte de São Joaquim, em Roraima, em 1775, já tinham perto de cem anos de uso. Quando



Plano de ataque ao Rio Grande, 1767

foram para lá, era um material até perigoso de ser usado, por não ter sido feito com as tolerâncias necessárias para resistir aos disparos usando pólvora de composição mais moderna. No Forte de Coimbra, em 1801, os canhões eram tão pequenos que não tinham alcance suficiente para atingir a margem oposta do rio, situada a 400m de distância.

A mesma falta de apoio governamental se observa com relação às tropas – ao longo de quatrocentos anos de colonização, Portugal fez poucos esforços de envio de soldados para o Brasil: nas Guerras Holandesas; em 1767, para apoiar a Guerra no Sul; e depois das Guerras Napoleônicas, quando várias tropas foram enviadas para o Brasil, como uma forma de as retirar da Europa e, mais tarde, para controlar os de-

sejos de Independência na Colônia. Assim, as forças que guarneciam as fronteiras eram recrutadas entre os brasileiros, muitas vezes mestiços, pois esses eram “bons atiradores e nadadores, acostumados com o sertão nada lhes serve embaraço”, nas palavras do governador do Mato Grosso, Rolim de Moura.

Por sua vez, a pouca prioridade militar que foi dada ao Brasil durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) é compreensível, já que a Espanha atacou Portugal em 1762 e o exército lusitano estava desorganizado, tendo dificuldade em resistir a duas invasões hispânicas. Só que, apesar da paz em 1763, a situação de tensão entre as duas coroas ibéricas não diminuía, pelo menos na América. O tratado do Pardo (1763), que estabeleceu a paz, tinha previsto o re-

torno a uma situação de *status quo ante*, ou seja, a devolução das cidades conquistadas no conflito e, de fato, a Colônia do Sacramento, que tinha sido tomada pelos espanhóis, foi entregue aos lusitanos.

Entretanto, o tratado do Pardo e a forma como foi executado criou uma série de problemas. De início, anulou o tratado de Madri, em tese retornando à situação anterior, a de Tordesilhas, apesar de esta divisão ser totalmente inviável, considerando o crescimento da colônia brasileira. Ainda mais, a vila do Rio Grande e todo o território ao sul dela, bem como a parte norte do canal de acesso à Lagoa dos Patos, que também tinham sido conquistados e deveriam ter sido devolvidos, foram mantidos pelos espanhóis, contrariando os termos do tratado de paz. Isso criava uma situação em que se esperava o reinício das hostilidades a qualquer momento, especialmente tendo em vista que o canal do Rio Grande era a forma mais fácil de abastecer o interior do Rio Grande do Sul, com as povoações lusitanas de Porto Alegre e Rio Pardo.

Foi um período de conflitos, apesar de haver uma paz formal. Em 1766, forças espanholas da Bolívia tentaram um ataque contra o Forte da Conceição, em Rondônia. No ano seguinte, as tropas brasileiras no Rio Grande do Sul fizeram um ataque surpresa, reconquistando o Forte de São José do Norte, que controlava a parte setentrional do canal do Rio Grande. Tentaram no mesmo ano retomar a povoação do Rio Grande, mas fracassaram. Em 1773, foi tomado o forte espanhol de Santa Tecla e, dois anos depois, o de São Martinho, ambos no Rio Grande. Ainda em 1775, forças vindas de Belém destruíram duas pequenas fortificações espanholas no Rio Uraricoera, no atual estado de Roraima, construindo em seguida o Forte de São Joaquim, para impedir novas incursões hispânicas vindas da



Alegoria da tomada do forte de S. Tecla por Rafael Pinto Bandeira

Venezuela. Finalmente, em 1776, tropas portuguesas, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, reconquistaram a margem sul do canal do Rio Grande, tomando oito fortes que estavam em mãos espanholas.

Por sua vez, os hispânicos fizeram um contra-ataque geral em 1777, forças do Paraguai destruíram a praça forte de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, e argentinos tomaram a Colônia do Sacramento. Da Espanha veio uma imensa expedição com mais de 10.000 homens, que tomou a Ilha de Santa Catarina. Era uma guerra em todos os aspectos, menos no nome.

Em fevereiro de 1777 morreu o Rei de Portugal, D. José I, e houve uma grande modificação na política portuguesa, conhecida como a *viradeira*. Assumiu o governo a rainha D. Maria I, uma princesa espanhola, que, em março demitiu o marquês de Pombal, um dos idealizadores da política de fixação de fronteiras por meio de forti-



Fortificações que definiram as fronteiras

ficações. Em outubro, foi assinado um novo acordo de limites, o de Santo Idelfonso, nas mesmas linhas que o de Madri, de 1750. Um documento importante, pois tem uma cláusula que deu razão a toda política de construção de fortes entre 1758 e 1779: seu artigo 12 especificava que a fronteira norte deveria respeitar os estabelecimentos portugueses nos rios Japurá e Negro, seguindo pelo divisor de águas entre as bacias do Orinoco e o Rio Negro.

Os estabelecimentos portugueses citados no artigo do tratado eram pontos que tinham sido marcados no Amazonas pelos fortes de São José do Javari, construído em 1762, mas depois substituído pelo de Tabatinga, em 1768, para a defesa do Rio Solimões; pela casa forte de Marabitanas (1761); o Forte de São Gabriel da Cachoeira (1762), no Rio Negro; e o Forte de São Joaquim, no rio Branco, atual estado de Roraima, construído em 1775. Também ao norte, no Pará, foram reconstruídas as defesas de Gurupá (1760) e Santarém (1762); e a de Macapá (1761) no atual Amapá, para impedir um ataque terrestre Francês, um país que tradicionalmente era aliado da

Espanha e que cobiçava a foz do Amazonas. O sistema de defesa do norte era complementado pelo Forte da Conceição (1762), em Rondônia, protegendo a navegação do Guaporé, fortificação depois substituída pelo Príncipe da Beira (1776). Para fechar o avanço espanhol no Rio Paraguai, foi erguida a fortificação de Coimbra em 1774. No Rio Grande do Sul, foram feitas 20 fortificações para garantir a área em disputa.

Como colocamos no título desse artigo, as fortificações foram marcos da posse do território, construções físicas, muito mais sólidas que argumentos em papel. Esse é

um ponto importante para entender a história diplomática do Brasil com relação a nossos vizinhos: como dissemos no início, as antigas colônias hispânicas nas Américas muitas vezes usavam como argumento para a definição de suas fronteiras, o *uti possidetis*, mas de forma diferente. Para eles, o interessante era a posse em termos legais, o *uti possidetis de jure*, baseado em divisões administrativas. É por isso que alguns países invocaram o tratado de Santo Idelfonso em suas discussões de fronteira, ignorando que esse documento legal foi invalidado pela Guerra das Laranjas (1801), que resultou na aquisição da região das Missões, no Rio Grande do Sul. Usualmente, em discussões de limites, a posição mantida pelo Brasil, a do *uti possidetis de facto*, a posse real de um território, marcado pelas fortificações, era muito mais sólida, pois, como diz o ditado popular, a posse é nove décimos da lei.

Com poucos recursos e, basicamente, sem apoio militar de Portugal, os governadores das Capitanias fizeram, em um curto período de tempo, um grande esforço de defesa no interior e na costa. Durante a época de maior risco de guerra com a Es-

panha – de 1758 a 1777 –, tropas do Brasil reformaram ou reconstruíram 140 fortificações no país. A maior parte ainda era na costa, mas, como novidade, 55 delas foram erguidas em posições que sofriam ameaças de ataques por fronteiras terrestres. A maior parte dessas posições desapareceu, por terem sido feitas de forma improvisada, com materiais de pouca duração, mas outras sobreviveram, mesmo como ruína, para se tornarem monumentos à perseverança e capacidade dos habitantes em se mobilizarem para vencer as maiores dificuldades – é o caso dos fortes de São José de Macapá, Príncipe da Beira e Coimbra.

Esses fortes marcaram os limites do atual território nacional, muito antes que outros países tivessem suas fronteiras defi-

nidas. É por isso que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apresentou a Unesco o pedido de inclusão de 19 fortificações para serem inscritas no patrimônio mundial, pois a ação militar de brasileiros definiu em poucos anos o território de um país de dimensões continentais.

Podemos fazer aqui uma correlação do passado com os dias de hoje: a escolha do local dessas fortificações, feita com base em informações de sertanejos, sem o auxílio de mapas, foi tão sábia que até hoje o Exército está presente nos pontos selecionados no Século XVIII, todos eles são ocupados ou têm nas suas proximidades Pelotões Especiais de Fronteira ou outras unidades militares, ainda hoje garantindo a integridade do País.

Repelir o inimigo ou sepultar-se debaixo das ruínas do forte

Ricardo Franco de Almeida Serra



Forte de Coimbra

Adler Homero Fonseca de Castro

Doutor em história, historiador do IPHAN, pesquisador do CEPHiMEx, Membro do IGHMB, autor da série de livros *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro*.